***CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO, E A EMPRESA ALTO RIOS GRÁFICA E EDITORA LTDA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA COMPOSIÇÃO DO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E ICMS ESPORTIVO NA FORMA ABAIXO:***

**CONTRATO N.º 48/2021**

Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO, Estado de Minas Gerais, CNPJ – 18.094.813/0001-53, situado Avenida Silvério Augusto de Melo, 158, Centro - nesta cidade, denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Senhora Mayara Garcia Lopes da Silva Tafuri**, casada, portadora do CPF – 090.468.376-10 e identidade MG-15.539.872 e a empresa **SUSTENTARE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 17.815.826/0001-01, sediada na Avenida dos Andradas, nº 547, sala 711 PAVMTO7, bairro Centro, Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP: 36.036-000, de conformidade com a Licitação modalidade **Dispensa n0****015/2021 - Processo n0 049/2021** com a proposta respectiva, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Pelo presente instrumento, o **CONTRATADO** se obriga ao fornecimento de SERVIÇO EM ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA COMPOSIÇÃO DO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E ICMS ESPORTIVO em conformidade com o estabelecido na proposta do **CONTRATADO**, e nos demais documentos constantes do processo que passam a fazer parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

**Subcláusula Primeira -** A execução deste contrato será acompanhada e verificada pelo **CONTRATANTE**, que nomeará expressa e especialmente servidor para realizar a supervisão.

**Subcláusula Segunda** – A supervisão de que trata o Parágrafo Primeiro desta Cláusula não exclui ou reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** por danos causados direta ou indiretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

a) Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor especialmente designado para esse fim, na forma prevista na Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

b) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo **CONTRATADO**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Pagar ao **CONTRATADO** o valor resultante da prestação dos serviços, na forma estabelecida na **CLÁUSULA SEXTA** deste Contrato;

d) Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para a devida correção;

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados do **CONTRATADO**;

f) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as respectivas especificações;

h) Exigir do **CONTRATADO**, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato:

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

a) Fornecer o objeto do contrato em conformidade com as determinações da proposta apresentada.

b) Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na legislação em vigor, pertinente a matéria.

c) Manter, na vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e, sempre que exigido, comprovar a regularidade fiscal;

d) Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela correta execução dos serviços de fornecimento da prótese e dos atendimentos previstos na proposta;

e) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

g) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e acompanhamento da CONTRATANTE;

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO**

Pelos serviços a serem executados, especificados neste contrato, o CONTRATADO receberá do CONTRATANTE, o valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)**, de acordo com o pedido dos Chefes do Setor de Esporte e Lazer e do Setor de Cultura e Turismo e mapa de apuração anexado ao Processo Licitatório 049/2021, Dispensa 01/2021, nos termos seguintes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***ITEM*** | ***Produto / Descrição*** | ***UNID.*** | ***QUANT.*** | ***Valor Unitário*** |
|  | **ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA COMPOSIÇÃO DO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL.** Prestação de serviços de assessoria no critério PATRIMÔNIO CULTURAL da Lei 18.030/2009, de acordo com quadros I A e IB, IIA, IIB, IIC, e IIIA, IIIB e IIIC da Deliberação Normativa 01/2021 do CONEP – Ano base 2021 e Portaria Estadual IEPHA 006/2021 e ou posteriores atualizações, com a realização dos seguintes trabalhos e relatórios: assessoria na nomeação, posse e capacitação e funcionamento do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; Realização de no mínimo 06 (seis) vistorias técnicas em bens culturais protegidos por tombamento e ou inventário, definidos pelo município, com emissão de relatórios técnicos. Orientação para desenvolvimento de atividades do Setor de Patrimônio Cultural. Orientação sobre gestão do Fundo de Patrimônio Cultural; Elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos e Prestação de contas do FUMPAC no ano base 2021 e 2022, inclusive abastecimento do sistema virtual; Inscrição, apoio na execução e relatoria do Programa Jornada Mineira do Patrimônio Cultural; Realização in-loco ou de capacitações em modalidade virtual, compatível com o estágio do município no controle sanitário da Pandemia de COVID-19; Levantamento e elaboração de Laudos Técnicos de Estado de Conservação de todos os Bens Tombados, sendo de Bens Imóveis e Conjuntos Paisagísticos por arquiteto urbanista, com respectiva emissão de RRT junto ao CAU; Elaboração de relatório de Recriação e Salvaguarda de Bens Imateriais com registro municipal e reconhecidos pelo IEPHA-MG; Elaboração de diagnóstico participativo e Plano municipal de educação patrimonial e relatórios de projetos de Educação Patrimonial: com acompanhamento e relatoria de projetos em escolas públicas, locais de memória e capacitação dos públicos prioritários da respectiva portaria supra, em apoio às respectivas entidades executoras, com elaboração dos relatórios finais de publicações de difusão, conforme exigências do IEPHA. | SERVIÇO | 5 | R$6.600,00 |
|  | **ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA COMPOSIÇÃO DO ICMS ESPORTIVO.**Prestação de serviços de assessoria, treinamento e aplicação da metodologia da Lei Estadual 18030/09 (Lei do ICMS Solidário) Critério Esportes referente ao ano base 2021. Construção do calendário esportivo municipal estratégico, para melhor pontuação com atividades esportivas de baixo custo e fácil realização, considerando a realidade local. Orientação para elaboração das reuniões do Conselho de Esportes do Município e supervisão dos registros destas reuniões em atas. Capacitação do Gestor Esportivo Municipal na temática referente ao ICMS Critério Esportes e dos Agentes Esportivos, referente a elaboração dos comprovantes, e preenchimento dos mesmos, para comprovação dos projetos, programas e/ou eventos esportivos realizados. Habilitação do Conselho Municipal de Esportes no Sistema de Gestão Esportiva Municipal. Cadastro, Seleção e Comprovação dos Programas, Projetos e Eventos Esportivos que ocorreram em Desterro do Melo no ano de 2021, ou em outros municípios com participação de atletas de Desterro do Melo, com a inserção da documentação que for entregue, tempestivamente, no Sistema de Gestão Esportiva Municipal. Interposição de impugnações e recursos necessários, referente à análise do trabalho apresentado. | SERVIÇO | 5 | R$2.400,00 |

**CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS**

A despesa decorrente desta licitação correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2021, nos termos da *Lei Municipal 849 de 26de outubro de 2020:*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CÓDIGO DA DESPESA** | **FICHA** | **F. RECURSO** | **ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA** |
| 02.04.01.13.392.0008.2036.3.3.90.39.00 | 122 | 1.00.00 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES CULTURAISOutros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica |
| 02.04.01.27.812.0009.2040.3.3.90.39.00 | 129 | 1.00.00 | MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOROutros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica |

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os prazos e as condições para execução e recebimento dos serviços estão assim estabelecidos:

## O prazo de vigência do Contrato será até 31 de dezembro de 2021.

## Subcláusula Primeira - O CONTRATANTE relacionará em laudo as eventuais falhas e/ou defeitos NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, recebendo o CONTRATADO uma cópia para que possa providenciar as correções necessárias.

**Subcláusula Segunda -** O pagamento dos serviços será feito de acordo com as solicitações da Administração, após a conferência.

**Subcláusula terceira -** Após a aprovação, a **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da aprovação.

**Subcláusula quarta -** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente na agência do banco indicado pela **CONTRATADA**, até o **30 (trinta)** dias seguinte ao aceite da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestado pelo setor competente, se não houver motivos para retenção ou compensação de valores, sem prejuízo de eventual cobrança judicial.

**Subcláusula quinta -** O pagamento somente será efetuado após a verificação da regularidade de situação do **CONTRATADO**, bem como recolhimento das contribuições sociais devidas, que será demonstrada mediante a apresentação de documentos oficiais, individualizados e identificados pelo número do contrato, correspondente ao mês da última competência vencida e não houver qualquer outro motivo para sua retenção ou desconto, inclusive em face de multas aplicadas.

**Subcláusula sexta -** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, estes serão restituídos ao **CONTRATADO** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**Subcláusula sétima -** O **CONTRATADO** não poderá pleitear junto à Administração, quaisquer pagamentos motivados por eventuais falhas ou erros contidos em suas propostas comerciais.

**Subcláusula oitava -** Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o tipo de serviço objeto desta licitação.

**CLÁUSULA SETIMA - ÔNUS E ENCARGOS**

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo do **CONTRATADO**.

**CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67, § 1°, da Lei n° 8.666, de 1993, a **CONTRATANTE** designará representantes para acompanharem e fiscalizarem a entrega da aquisição do Contrato, comunicando ao **CONTRATADO** todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**Subcláusula Primeira** - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas, na forma do § 2˚ do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, ao seu gestor, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**Subcláusula Segunda -** Nos termos da Lei n° 8.666/93, o Contrato assinado constituirá documento de autorização para a execução dos serviços, acompanhado da Nota de Empenho.

**Subcláusula Terceira -** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pelo **CONTRATADO**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O atraso injustificado da entrega do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

1. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 100 (cem) dias.
2. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**Subcláusula Primeira -** A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
2. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação;
3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura de Desterro do Melo pelo prazo de até dois anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

**Subcláusula Segunda -** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

**Subcláusula Terceira -** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

**Subcláusula Quarta -** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação;

1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**Subcláusula Quinta -** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**Subcláusula Sexta -** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Subcláusula Sétima -** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Setor de Compras e Licitações.

**Subcláusula Oitava -** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**CLÁUSULA NONA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO**

Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município, em cumprimento a Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA NONA SEGUNDA – FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de Barbacena, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em **duas vias** de igual teor e forma, para um só efeito.

Desterro do Melo, 23 de agosto de 2021.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **MAYARA LOPES GARCIA DA SILVA TAFURI**Prefeita Municipal |  | **SUSTENTARE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA** Contratada |
| Testemunha:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Testemunha:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº:** 048/2021

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE DESTERRO DO MELO

**CONTRATADO:** **SUSTENTARE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 17.815.826/0001-01, sediada na Avenida dos Andradas, nº 547, sala 711 PAVMTO7, bairro Centro, Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP: 36.036-000

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº:** 049/2021

**DISPENSA Nº:** 015/2021

**OBJETO:** SERVIÇO EM ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA COMPOSIÇÃO DO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E ICMS ESPORTIVO

**VALOR TOTAL:** R$ 9.000,00 (nove mil reais)

**TERMO INICIAL:** 23/08/2021

**TERMO FINAL:** 31/12/2021